



Jornalismo econômico em debate: Uma reflexão sobre seus principais desafios hoje

Maria Lucia de Paiva Jacobini¹

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórica sobre os principais desafios enfrentados pelo jornalismo econômico. Diante da onipresença da economia no cotidiano e de cenários de crise que chamam o leitor para as notícias econômicas, mostra-se relevante um debate sobre a capacidade de informar e suprir a necessidade da sociedade por conteúdo claro e informativo sobre a economia do país. Para tanto, parte-se de uma introdução sobre a história do jornalismo econômico brasileiro para, em seguida, apresentar três debates que envolvem este modelo jornalístico: o domínio e a fluência do jornalista sobre o tema; a relação de dependência com as fontes na produção da notícia e os possíveis conflitos de interesse envolvidos.

Palavras-chave: jornalismo econômico; jornalismo impresso; fontes; conflito de interesses; função do jornalismo.

1. Introdução

O profissional que noticia a economia entende do que fala? Consegue atingir e informar seu público? Como se relaciona com suas fontes? Finalmente, para quem trabalha o jornalismo/jornalista econômico: o público, as fontes ou os anunciantes? Como uma especialização dentro do amplo espectro do jornalismo, o econômico demanda discussões que envolvem particularidades do seu modo de produção e da relação com seu público final. Partindo da premissa de que seu conteúdo é recorrente mesmo nos meios de comunicação mais generalistas e que recebe alto grau de noticiabilidade em conjunturas de crise, é importante questionar se ele tem um modelo que cumpre as funções do jornalismo.

¹ Economista, Jornalista, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e docente do curso de Jornalismo da PUC-Campinas.

Com um olhar amplo, Beltrão (1960) entende que o jornalismo é informação e a imprensa tem a função de explicar, ensinar, dirigir, estabelecer e fundamentar ensinamentos. Kovach e Rosenstiel (2010), por sua vez, estabelecem que seu objetivo é suprir a necessidade de notícias por informações que influenciam na qualidade da vida e que possibilitam que as pessoas possam ser livres.

Contudo, é a partir de duas definições de jornalismo amplas e idealizadas, como responsável pela formação e informação do leitor, que a discussão relacionada ao jornalismo econômico recebe as nuances de seu debate. De um lado, tem importância crescente e ganhado inegável destaque nos meios de comunicação, principalmente graças ao domínio da economia nas demais esferas da sociedade.

De outro, é um jornalismo que divulga fatos e temas ligados à esfera da economia (QUINTÃO, 1987), voltado para a constante transformação da realidade econômica e da interdependência de suas inúmeras variáveis em um país ou no mundo (KUCINSKI, 1996). Isso significa que os cadernos de economia possuem a função de informar sobre os principais acontecimentos econômicos e tentar explicá-los. No entanto, é possível detectar certa dificuldade quanto ao conteúdo, quanto à linguagem, quanto às fontes e, ainda, quanto à sua capacidade de desempenhar as funções (previstas) do jornalismo em geral. O resultado é previsível: é um jornalismo simplista, reducionista e que afasta o leitor.

Dentro deste cenário, este artigo pretende apresentar uma reflexão teórica sobre os dilemas presentes no jornalismo econômico brasileiro. A primeira etapa apresenta um panorama histórico que liga a evolução do jornalismo aos marcos dos ciclos econômicos do país – café, indústria, comércio e mercado financeiro – com o apoio de autores como Kucinski, Quintão, Caldas e Lene. A seguir, Basile, Guerrera, Tambini e Manning contribuem para um olhar direto para os três principais dilemas enfrentados pelo jornalismo econômico: o domínio do jornalista sobre o conteúdo econômico, a relação com suas fontes e os conflitos de interesse decorrentes.

No primeiro caso, aborda-se a dificuldade do jornalista em entender sobre o que fala e o modo como o resultado é um produto que efetivamente não chega a informar ou suprir as necessidades por informação conforme os princípios do jornalismo mencionados. No segundo, questiona-se a profunda dependência das fontes utilizadas

como pontes entre a economia e o leitor, além do uso recorrente de reprodução de discursos de fontes oficiais e relações públicas. Por fim, o último desafio envolve a independência do jornalista e sua capacidade de servir ao público final, mesmo que isso afete sua relação com as fontes e com os anunciantes.

Assim, diante da onipresença da economia no cotidiano e dos impactos diretos que ela – e as informações sobre ela – têm na sociedade, pretende-se evidenciar o jornalismo econômico enfrenta grande dificuldade de informar e até formar um público além do que faz parte de seu meio.

2. Breve panorama histórico do jornalismo econômico brasileiro

A evolução do jornalismo econômico é, em muito, definida pelos cenários político econômicos do país. Enquanto Caldas (2005) determina suas origens no cenário agroexportador dos séculos XIX e início do XX com notícias que pudessem informar sobre o principal eixo econômico brasileiro, o café; Quintão (1987) estabelece o marco na fundação de jornais de comércio e indústria e na fundação das primeiras seções e colunas de economia na década de vinte.

Seguindo as principais tendências econômicas do país, o jornalismo econômico avança da agricultura, para o comércio e a indústria, para, finalmente, o mercado financeiro. De forma geral, os jornais se mantiveram como reflexo dos interesses dos proprietários, com perfis conservadores e incompatíveis com o crescente espírito desenvolvimentista de transformações políticas e econômicas a partir da década de cinquenta (QUINTÃO, 1987).

Segundo Puliti (2003), o novo espírito era parte de uma mudança maior, ligada à reorganização do capitalismo em torno de multinacionais e bancos internacionais, os novos detentores do poder econômico mundial e com recente entrada no país. Na época, os principais exemplos de jornais desse período eram o *Jornal do Comércio* e o *Diário Comercial*, do Rio de Janeiro, e o *Diário do Comércio e da Indústria* de São Paulo. Nessa mesma época, a *Folha de S. Paulo* criou um caderno de economia e de finanças, voltado para assuntos de agricultura, economia internacional, comércio e indústria, incluindo a cotação da Bolsa e pequenas notícias em colunas (QUINTÃO, 1987).

No final da década de 1950 já é possível identificar que o jornalismo econômico brasileiro passava a apresentar características presentes até hoje. É o caso, por exemplo, da íntima relação entre o econômico e o político; ou, como demonstra Quintão, um “fato econômico só tem destaque na imprensa de cobertura geral quando transformado em fato político” (1987, p.59). Isso significa que as principais pautas eram sempre centradas nos programas dos partidos e nos discursos políticos, com uma consequência imediata de interpretações enviesadas e coniventes com a linha partidária dominante na época.

Contudo, essa mesma proximidade está relacionada ao grande impulso transformador do jornalismo econômico brasileiro provocada pela impossibilidade de discussão de muitos assuntos políticos durante a ditadura militar. Nesse sentido, é possível observar a maior importância do jornalismo econômico no final da década de 60 a partir de duas perspectivas: de um lado, a censura e o controle direto sobre o conteúdo divulgado limitaram a divulgação de uma ampla esfera de notícias; de outro, a economia passava a ganhar destaque com base em um discurso modernizador e especialmente a partir da apologia ao neoliberalismo e ao seu “resultante” alto crescimento econômico, o “*Milagre Econômico*”² (CALDAS, 2003; PULITI, 2003).

O jornalismo econômico começava a se consolidar como uma área em crescimento e próspera inclusive para os jornalistas. Caldas descreve a nova situação do mercado de trabalho em que se procurava por profissionais especializados para dar conta de uma maior demanda por editoriais segmentadas por setores ligados à economia. Surgia assim a especialização de jornalistas, bem remunerados, que cobriam exclusivamente o Banco central, falavam diretamente com o Ministério da Fazenda e divulgavam informações do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com “o mérito de preparar e qualificar os jornalistas, que passaram a conhecer e a entender melhor os mecanismos internos dos diversos setores econômicos” (2003, p.18).

A importância da especialização fica evidente diante da necessidade de lidar com novos temas - como mercado de capitais e medidas econômicas - e com fontes diretas de governos, empresários, economistas e pesquisadores (PULITI, 2013). Além

² O milagre econômico ocorreu durante a ditadura militar brasileira, no período de 1968 a 1971, marcado por uma taxa de crescimento de 9% ao ano e estabilização da inflação em torno de 20% gerando grandes expectativas otimistas quanto ao futuro (FISHLOW, 1971).

disso, o recente destaque para as notícias positivas sobre o crescimento da economia incitou o interesse por informações do mundo econômico e criou um novo público consumidor formado, por sua vez, por empresários, economistas, assessores técnicos privados e governamentais, estudantes e faixas mais esclarecidas da população.

O período da ditadura militar, marcado pela censura aos meios de comunicação e, conseqüentemente, pelo esvaziamento dos cadernos de política, foi responsável pelo salto e pela consolidação do formato do jornalismo econômico mais próximo ao que é hoje. As editorias de economia tornaram-se cada vez mais importantes, com posição privilegiada, bons espaços na capa e nas demais páginas.

A primeira metade da década de 1970 foi marcada pelas primeiras evidências (e efeitos) do fim do Milagre, com recrudescimento da inflação, déficits na balança comercial, redução do crescimento e aumento da dívida externa. No entanto, mesmo com uma mudança na conjuntura econômica, a importância do jornalismo econômico manteve-se constante, se não mais valorizada. Conforme Kucinski, “para as elites empresariais e financeiras, dentro de um cenário de alto risco, as informações econômicas tornam-se mais relevantes para a tomada de decisões” (1996, p.14).

Segundo o autor, a partir dos anos 1980 a economia passava a ser o centro da temática jornalística e as doutrinas econômicas receberam mais proeminência, principalmente as que justificavam o pensamento liberal vigente. Foi um momento que favoreceu o surgimento de novos termos e jargões típicos a essa forma de pensamento, como “globalização”, “mercados emergentes” e “reinserção competitiva” (KUCINSKI, 1996, p. 188). Na década de 90, foi o instrumento fundamental de divulgação do Plano Real e legitimação do neoliberalismo por meio do apoio a medidas como redução do papel do Estado na economia, privatizações, abertura comercial e financeira, entre outras.

A partir de então, o novo eixo do jornalismo econômico – no Brasil e no mundo - passou a ser o mercado financeiro. Diante da nova realidade da especulação, aumento da irregularidades e volatilidade do novo paradigma econômico, houve crescentes tentativas de controlar, dentro do possível, os cenários de risco sistêmico. Lene argumenta:

No mundo das finanças, novos instrumentos aparecem a um ritmo estonteante, novos mercados estão crescendo mais rapidamente do que os antigos, e a interdependência global torna a administração do risco cada vez mais com-

plexa. A insegurança econômica, sobretudo no mercado de trabalho, gera manchetes diárias em veículos de comunicação (2013, p. 406).

Isso significa que face a qualquer cenário de risco, a informação desempenha um papel cada vez maior, principalmente porque, na esfera a economia, é um fato decisivo no processo de decisão. Agentes econômico e tomadores de decisão – seja indivíduos, companhias ou governo – trabalham com a informação dada e tentam minimizar tal risco e maximizar o benefício econômico. Como resultado, o jornalismo se torna uma fonte poderosa de informação e vantagens competitivas.

É possível encontrar dois lados nessa nova realidade: há uma demanda por parte dos mencionados tomadores decisão pela informação que reduz o risco e há uma crescente oferta gerada pela notícia econômica. Para manter o equilíbrio dessa equação um tanto comum na economia, há o constante uso de prognósticos, como diz Lene (2013), entendidos como verdade. Adicionalmente, a cobertura se baseia cada vez mais em análises, estimativas, especulações, aproximações e pontos de vista construídos mais com o apoio de fontes especializadas que sobre fatos concretos.

Portanto, as implicações do jornalismo econômico para a economia em si podem ser diretas, pois ao propor cenários e expor opiniões, causa mudanças e alimenta a construção de expectativas. Seja em relação a uma companhia ou ação, ou face ao desempenho de um governo.

3. Principais desafios

a) O jornalista e o conteúdo econômico

No primeiro caso, ao refletir sobre o jornalismo econômico praticado em jornais de referência (não especializados), Kucinski (1996) aborda como a maioria dos jornalistas que lidam com temas econômicos demonstram certa dificuldade na compreensão da linguagem técnica e mesmo do conteúdo. Para avançar nessa discussão, é necessário entender o perfil desse profissional que, em geral, não é especialista e, por tal razão, tem dificuldade para entender do que está falando. A consequência imediata é uma contínua reprodução do discurso das fontes, além do uso frequente de articulistas, como economistas, empresários e sociólogos para a emissão de opinião embasada.

Na mesma direção, Basile avalia que há grande ignorância por parte dos que noticiam fatos econômicos. Para o autor, o pior problema estaria na falta de disposição em aprender e até no processo de apuração das notícias que acabam por prejudicar o produto final, pois “não há notícias chatas. Há matérias chatas feitas por repórteres e editores chatos, para publicações chatas” (2002, p.7).

Essa dificuldade ou até falta de disposição fica evidente com o uso indevido/irresponsável de termos técnicos e argumentação truncada; afinal, seria mais fácil se apoiar no discurso da fonte do que ter que definir ou esclarecer um tema naturalmente mais complexo. Amaral (1986) é da opinião que o uso da linguagem técnica poderia ser explicado pelo despreparo do profissional face ao que precisa retratar, por ele próprio ter dificuldade de entender o assunto, e assim ter uma maior propensão a erros de significado. Ainda, a simples reprodução do que lhe foi dito pela fonte conduz a uma linguagem ainda mais hermética e de difícil compreensão.

O resultado é uma notícia econômica que frequentemente é cópia dos discursos dos entrevistados, sem interpretações, contextualizações e fugindo da essência do jornalismo, de objetividade e neutralidade (KUCINSKI, 1996). Nesse sentido, cabe o comentário de Basile (2002), para quem é fundamental que o jornalista esteja consciente de que existe imprecisão – e o mais importante, interesse - também no que o entrevistado declara. Ou seja, o jornalista precisa tentar entender o que é de fato importante no que a fonte diz e porque, não apenas reproduzi-la sem questionamento.

O ponto principal é que o jornalista generalista só consegue produzir notícia de qualidade (seja econômica, seja qualquer outra especializada) se entender do que está falando. Se compreende, é capaz de transmitir, pensar em exemplos e estabelecer comparações que evitem termos difíceis, expressões técnicas, neologismos e até o uso de jargões ou palavras em língua estrangeira e que não possuem tradução.

Diante de números, estatísticas e excesso de cifras, há ainda maior dificuldade de compreender a informação que é de fato importante e até a perda da noção do cenário completo. São recursos que confundem o receptor e desestimulam a leitura, principalmente porque se trata de um público que não os domina. Quintão (1987) fala de como tabelas e gráficos apenas submetem o leitor a indicadores com os quais não está familiarizado e que podem facilitar a manipulação da notícia.

Outro lado é o do jornalismo econômico especializado. A economia tem, em si, linguagem e conteúdo intrincados, imediatos apenas para atores do meio - economistas, empresários ou banqueiros. Esse é um grupo que tem conhecimento em comum, pensa a partir de uma lógica específica, com argumentos, sistemas, conceitos, relações e leis econômicas implícitas (KUCINSKI, 1996).

Para esse público, a crítica central passa a ser contra a banalização e a simplificação da notícia, que causam o fim da hierarquia entre assuntos. A ausência de contextualização, por exemplo, não é um aspecto único ao jornalismo econômico, possivelmente está presente em todo jornalismo especializado. São artigos que apenas citam acontecimentos, não passam uma visão de conjunto e não criam correlações, e embora o uso da linguagem complexa transmita a impressão de profundidade, o que de fato é dito não esclarece nem informa.

Desse modo, o desafio se volta para o produto gerado pelo jornalista econômico e a satisfação do seu público. Se, por um lado o leitor familiarizado não se informa pelos jornais generalistas e fica insatisfeito com a simplificação da notícia; por outro, como explica Amaral (1986), o leitor leigo não recebe as informações do modo didático o suficiente para acumular conhecimentos e dominar temas que interferem no seu cotidiano. Como estratégia de resolução do dilema, Kucinski (1996) menciona o uso cada vez mais recorrente de um jornalismo construído com base em histórias reais ou de serviços e negócios, voltados para aspectos práticos. São histórias de empresas ou empresários bem-sucedidos, dicas de investimentos e matérias que levam o chamado “economês” para a realidade do leitor.

É interessante introduzir aqui um olhar para além do jornalismo praticado no Brasil. Diante de uma realidade econômica cada vez mais complexa, especialmente devido à financeirização, pautas como a crise econômica/financeira de 2008 produziram um novo debate sobre o papel desse tipo de jornalismo: seria ele capaz de prenunciar tais eventos?

Guerrera (2009) e Tambini (2010) discutem particularmente como jornalistas generalistas não seriam capazes de lidar com tal tipo de conteúdo, sobretudo em função do declínio do jornalismo investigativo – em qualquer gênero -, do custo alto de manutenção de profissionais especializados e da ênfase excessiva no mencionado jornalismo

econômico que busca atrair o leitor pelo que é simples e até chamativo/bombástico. Seria o especializado, porém superficial. O fato é que nem jornalista, nem seus editores, estão capacitados para lidarem com as complexidades de temas como derivativos, opções e contratos futuros e muito menos para preverem um cenário de crise financeira.

Os correspondentes financeiros trabalham dentro de uma estrutura organizacional em que, mesmo sendo especialistas, seus editores podem não o ser. Assim, fica mais difícil convencê-los a aceitarem esse tipo de notícia. Segundo Manning, “os jornalistas econômicos podem enfrentar um desafio ao explicar a complexidade das notícias financeiras não só para a audiência, mas para os editores também³” (2012, p.180). Isso significa que, mesmo dentro de um jornalismo especializado, a preocupação se mantém centrada em celebridades, personalidades e no atual, como no *hard news*, só que dentro da cobertura econômica.

Em um cenário mundial, também é possível detectar uma falta de treinamento e habilidade entre os jornalistas e até de seu principal instrumento de trabalho: a condução de entrevistas. Na presença de produtos e fontes mais complicados, nota-se a fragilidade do trabalho de profissionais sem a expertise necessária para entender e interpretar. O recurso então é da confiança excessiva em intermediários e especialistas para esclarecer as histórias para que os jornalistas posteriormente as levem para o público (TAMBINI, 2010).

b) O jornalista e as fontes na economia

É aqui que entra a relevância do segundo desafio, o acesso e a relação com as fontes. Conforme dito anteriormente, em muito o jornalista econômico mantém uma dependência de suas fontes para além do acesso à informação: é ela que explica, traduz, opina e até direciona a notícia.

Lene menciona como na cobertura de economia é comum o uso de fontes oficiais e especialistas. No primeiro caso, são as que falam em nome do governo, entidades, empresas ou instituições de pesquisa; no segundo, são economistas, operadores do mercado financeiro, empresários e profissionais da área de finanças em geral. Segundo a

³ Tradução da autora. “So financial journalists may face a challenge in explaining the complexity of financial stories not only to News audience but to News editors too”.

autora, “tais fontes disputam o espaço das páginas dos jornais, na construção dos discursos sobre o campo econômico, e são as vozes que têm mais força — mais visibilidade — nessa cobertura” (2013, p.368).

Há ainda uma nova modalidade em crescente destaque, a das consultorias. Com importância maior desde a década de 90, as consultorias de monitoramento da conjuntura econômica têm ganhado visibilidade nos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro por meio de entrevistas, pesquisas e até colunas específicas (LENE, 2013).

Contudo, cabe aqui retomar a discussão anterior sobre a pouca compreensão do assunto e decorrente dificuldade na transmissão, que faz com que os profissionais reproduzam frequentemente o que a fonte diz. A consequência é um “efeito de manada” em que o jornalista não quer correr o risco diante de um assunto complicado e apura através das mesmas fontes, que vêm com as mesmas análises (NASSIF, 2007 apud LENE, 2013, pp. 432-433). A ideia é que o sistema se sofisticava cada vez mais, e o modo de produção da notícia, com as usuais referências a fontes, continua o mesmo.

Seja qual for o especialista consultado, ele se torna agente legitimado pelos jornalistas e jornais. Para a autora, esse tipo de fonte se popularizou e fez com que o jornalismo econômico se diferenciasse pela contínua presença de intermediários, com saber técnico, que precisaria ser traduzido para narrativas jornalísticas (LENE, 2013).

É possível entender que esse processo de legitimação foi construído com base em uma política de fluxo de informação entre fontes e jornalistas. No fundo, só há troca porque há uma relação de dependência ou vantagem mútua. Em um extremo, encontram-se as organizações com significativos recursos econômicos e políticos para terem certo controle do fluxo e que procuram propagar seus feitos e resultados; em outro, o jornalista, que detém o poder da divulgação e, ao mesmo tempo, depende de uma rotina de interação com a fonte. Como em qualquer forma de jornalismo, há uma relação de dependência em que as informações mais valiosas para um jornalista resultam de contatos e fontes conquistados ao longo do tempo (MANNING, 2012).

Entretanto, Manning (2012) e Kalogeropoulos et al. (2014) identificam um novo elemento nessa conexão: os canais de relações públicas. Em um contexto em que o jornalista econômico não tem conhecimento profundo sobre economia e não tem acesso a recursos ou tempo para o modelo investigativo, o relações públicas ganha espaço ao

simplificar a informação e, ao mesmo tempo, romper com o fluxo tradicional via proximidade com figuras de alto escalão com conhecimento macro e holístico. O saldo seriam notícias mais burocráticas, fragmentadas e com interesse na divulgação de resultados.

c) Conflitos de interesse

Diante dessa realidade, é preciso questionar: a quem serve o jornalismo econômico? A partir de Kovach e Rosenstiel, "o propósito primário do jornalismo é prover a sociedade com as informações que precisam para serem livres e auto-governados (...) O jornalismo serve como um cão de guarda, tira as pessoas da complacência e oferece uma voz aos esquecidos"⁴ (2001, p. 21). A metáfora do cão de guarda representa o papel dos jornalistas diante dos grupos da sociedade que detêm o poder, independentemente de sua esfera de atuação. Ou seja, no jornalismo econômico, seu compromisso com o público mantém-se o mesmo, é o alarme que alerta os cidadãos para possíveis problemas econômicos (GOIDEL et al., 2014).

Kalogeropoulos et al. (2014) estabelecem que o jornalista que exerce tal função é independente, defende o interesse público e inclusive age para influenciar os grupos dominantes para o benefício final desse público geral. É, portanto, aquele que é objetivo e desafia os que estão no poder sem proveito próprio.

Conforme Tambini, "para os jornalistas que aspiram a cobertura de "interesse público", a quais interesses deveriam servir é um assunto complexo: deveriam servir aos investidores? Ou a 'racionalidade' do mercado? Apenas indivíduos excepcionais seriam aqueles que romperiam a bolha"⁵ (2010, p.3). A bolha referida pelo autor era a do mercado imobiliário pré-crise financeira de 2008; entretanto, pode ser estendida a outros cenários macro e microeconômicos. Um governo popular, uma empresa que cresce muito e é considerada uma referência de sucesso ou toda uma conjuntura internacional.

⁴ Tradução da autora. "The primary purpose of journalism is to provide citizens with the information they need to be free and self-governing.(...) The news media serve as a watchdog, push people beyond complacency, and offer a voice to the forgotten"

⁵ Tradução da autora. "For journalists that aspire to 'public interest' coverage, just what interest should they serve is a very complex issue: should they serve investors? Or the 'rationality' of the market? Only exceptional individuals will actively want to be the one that burst the bubble".

As já mencionadas relações de poder entre jornalistas e suas fontes da área econômica – executivos, analistas, empresários, consultores – formam um novo problema real, em que as partes interessadas muitas vezes são as mesmas que proporcionam informações relevantes e empregam os principais especialistas. O autor estabelece algumas responsabilidades quanto ao seu dever como cão de guarda: não deve se beneficiar de informações que ainda não são de domínio público e precisa prevalecer os interesses do leitor em detrimento de uma fonte em empresa/governo reportada. A tentação estaria em conter a informação que poderia prejudicar a companhia em questão ou publicá-la para favorecer a manipulação do mercado em busca do lucro (TAMBINI, 2010).

São muitos os outros possíveis conflitos de interesses derivados. Por exemplo, o medo de incomodar anunciantes, como grandes corporações, banqueiros, agentes imobiliários, mercado financeiro e até governo; a manipulação do mercado de ações devido à influência sobre seus preços no mercado financeiro; ou até a influência dos noticiários sobre as expectativas e percepções econômicas (GUERRERA, 2009; GOIDEL et al., 2010; TAMBINI, 2010).

Surge então uma nova questão sobre como os jornalistas conseguiriam efetivamente exercer esse papel de servir ao interesse público na economia. Sem dúvida quanto ao interesse público enquanto sociedade, resta a questão de que público receptor deve servir. A quem prestar contas? Investidores? Mercado? Empresário? De outra maneira, o debate sobre o jornalismo econômico contém em si a dúvida sobre a quem se destina, se é o público comum que busca a versão simplificada ou se é o especializado ligado ao setor que procura por informações que interferem realmente no seu trabalho. É essa a discussão que abarca os desafios da produção da notícia econômica, a relação com as fontes e os conflitos de interesse que podem surgir.

4. Considerações

É inevitável que qualquer medida de um governo afete o dia a dia da população; ou que uma informação sobre as práticas de uma empresa interfira no preço de suas ações; ou ainda que a produção industrial de determinado setor tenha relação com os níveis de emprego do país. Quer dizer, a economia tem ampla capacidade de afetar mesmo o leitor mais desinteressado pelo tema.

O ponto central é que esse mesmo leitor – o desinteressado -, é o que não se vê informado pelo jornalismo econômico. É o que não se sente atraído pelo conteúdo ou pela linguagem, ou mesmo pelo discurso hermético das fontes especialistas. Ou até o que sem a devida crítica, não consiga apreender as políticas de troca de interesses por trás da relação entre o jornalista, a empresa jornalística e suas fontes e anunciantes.

Assim como em qualquer outro jornalismo, o econômico precisa e pretende atrair seu público. Por exemplo, em seus manuais de redação, os dois principais jornais de São Paulo dão especial atenção à necessidade do texto ser simples e objetivo porque identificam esse requisito como condição de atração e manutenção do leitor-alvo, tornando-o regra para todos os tipos de jornalismo, não só o econômico. Fica evidente que, de uma forma geral, a notícia econômica não pretende ser realmente distante. Os veículos estão cada vez mais preocupados em simplificar a linguagem, explicá-la e reduzi-la ao mínimo de dificuldade e, com isso, produzir uma notícia próxima ao público, amplamente voltada para o aspecto prático da economia, como dicas de investimento e exemplos de ações bem-sucedidas.

Apesar disso, mostram-se pertinentes as críticas quanto à produção de um texto árido e hermético, que utiliza linguagem e argumentos técnicos que dificultam não só a compreensão, mas também a criação de um interesse contínuo pelo assunto. Ainda mais, mostra-se crucial deixar claro que seja pela linguagem/conteúdo, pela relação de dependência com as fontes e seus fluxos de informação ou pela indefinição quanto a quem servir, a especialização econômica deixa de cumprir funções básicas do jornalismo como um todo. Seu desafio maior é, portanto, de conseguir transmitir ao público os impactos das decisões macro e microeconômicas na sociedade de modo independente.

Referências

- AMARAL, Luiz. **Jornalismo: matéria de primeira página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- BASILE, Sidnei. **Elementos do jornalismo econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2005.

GOIDEL, Kirby; PROCOPIO, Stephen; TERELL, Dek; WU, H. Denis. **Sources of economic news and economic expectations**. American Politics Research, 38(4), pp. 759-777, 2010.

GUERRERA, Francesco. **Why generalists were not equipped to cover the complexities of the crisis**. The international journal of communication. Vol. 6, n. 3/4, 2009.

KALOGEROPOULOS, Antonis; SVENSSON, Helle M.; VAN DALEN, Arjen; DE VREESE, Claes; ALBAEK, Erik. **Are watchdogs doing their business? Media coverage of economic news**. Journalism, vol. 16(8), pp. 993-1009, 2014.

KOVACH; Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The Elements of Journalism: what newspeople should know and the public should expect**. New York: Crown Publishers, 2001.

KUCINSKI, B. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Edusp, 1996.

LENE, Herica. **Jornalismo de Economia no Brasil**. Cruz das Almas-BA: UFRB, 2013.

PULITI, Paula. História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real. **Revista Líbero**. V. 16, n. 31, jan/jun 2013. pp. 41-50.

QUINTÃO, Aylê-Salassíe Filgueiras. **O Jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

TAMBINI, Damian. What are financial journalists for? **Journalism Studies**, 11(2), pp.158-174, 2010.